

Senado cria nova comissão para atender municípios e ter a visão do "país real"

Brasília — O Senado criará em março uma comissão técnica destinada às questões municipais, de acordo com parecer do Senador Alexandre Costa (MA) para quem o Congresso está muito preso ao "país legal", quando o contato mais direto com os vereadores e os prefeitos fará com que os senadores tenham um melhor conhecimento do "país real".

A criação da comissão foi aprovada na legislatura passada, por unanimidade, tendo o Senador Murilo Badaró (PDS-MG) afirmado, na Comissão de Constituição e Justiça, que os municípios estão hoje reduzidos a "entidades desfiguradas do ponto-de-vista político e administrativo". A Câmara deverá seguir o exemplo do Senado, instalando idêntica comissão.

PROPOSTA

De acordo com proposta do Senador Lomanto Júnior (PDS-BA), esta comissão terá de aprovar os pedidos de empréstimos das Prefeituras que, em sua quase totalidade, se encontram em insolvência. Em fins do ano passado, o Senador Dirceu Cardoso (ES) denunciou esses empréstimos como forma de subcomissão das Prefeituras ao Governo Central.

O primeiro objetivo do órgão será promover amplo debate sobre a questão tributária. Dados apresentados pelo Senador Lomanto indicam que na Região Sudeste, em média, a arrecadação municipal atinge somente 30% das necessidades locais; no Sul a 21%, no Nordeste

a 15% e, no Centro-Oeste, a 13%. "Os municípios — frisa — estão em extrema dependência financeira".

Analisando a proposta na Mesa diretora, o Senador Alexandre Costa destacou que uma das principais consequências do esvaziamento municipal foi o aumento das migrações, agravando a crise das grandes cidades.

"Sempre houve no Brasil — observa o Senador Alexandre — uma dicotomia entre o país real e o país legal. O real é o que todos nós conhecemos com suas mazelas sociais, seus vícios políticos, suas distorções, sua concentração administrativa e financeira, sua tendência à teorização demagógica e às despesas improdutivas.